

44

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2013

Nota Introdutória

De entre as áreas que mais beneficiaram com a profunda renovação da historiografia portuguesa da segunda metade do século passado, a História Económica e Social foi, indubitavelmente, uma delas. No âmbito desta última, a história da nobreza, particularmente a do período medieval, tornou-se uma temática historiográfica das mais profícuas e um vasto campo de estudo e investigação científica onde a prática interdisciplinar, diria, a exigência do cruzamento de muitas áreas do saber, tem conduzido a um assinalável progresso do conhecimento deste grupo social.

Um crescente labor de publicação de fontes, a par da progressiva especialização desses saberes e seu enquadramento académico, por via da criação de centros de investigação e de novas licenciaturas e mestrados, levou à elaboração de numerosos estudos sobre a nobreza, uns privilegiando visões de conjunto, outros dando a preferência à análise detalhada de casos concretos (como os de uma família ou de uma personagem). Sem esquecer o contributo de Humberto Baquero Moreno, no que toca à baixa Idade Média, é indiscutível que os alicerces do extraordinário avanço da produção historiográfica portuguesa sobre a nobreza foram estabelecidos por José Mattoso. A recente publicação de *The Historiography of Medieval Portugal (c.1950-2010)*, onde este Autor, com a colaboração de três dos seus mais antigos discípulos, escreveu *A brief reflection on recent production on medieval Portuguese nobility*, prova, à saciedade, quanto o progresso da investigação mais recente neste campo, já com três gerações, tem, em boa linguagem genealógica, um tronco comum: José Mattoso.

O presente número da *Revista Portuguesa de História* dedicado ao tema *A Nobreza. Tempos, Espaços e Poderes* traduz isso mesmo. Tendo-se pretendido colocar o tema na sua dimensão diacrónica, sem descurar o exercício de uma História comparativa (Portugal e os Outros), o facto é que, dos quinze artigos que constituem o Núcleo Temático, onze vertem sobre o período medieval. E uma parte considerável dos articulistas da nobreza medieval, colaboradores deste volume, são discípulos de José Mattoso ou, já, discípulos dos seus discípulos. Procurou-se, por outro lado, convocar um conjunto de reflexões em torno dos diferentes espaços (territoriais e sociais) e das diferentes relações

(sociais e de poder) estabelecidas no seio da nobreza ou entre a nobreza e outros poderes.

O volume é constituído por sínteses mais abrangentes (sobre o espaço castelhano-leonês, o espaço nacional ou o regional) e por vários estudos de caso, cujo denominador comum, designadamente dos que se situam no período medieval, são as ligações entre a nobreza e o poder régio, o que não deixa de dar conta da intersecção da renovação dos estudos da nobreza com a actualização historiográfica da problemática do poder régio, ou seja, a (re)orientação da historiografia para a análise do político, através de novas abordagens e de novas propostas interpretativas.

Para esta intersecção de planos reclama a atenção o artigo com que abre a Revista, *Los señores de la frontera. Perspectivas sobre la Nobleza de León y Castilla en torno a 1200*, de Pascoal Martinez Sopena, que aborda a nobreza que dominava a fronteira castelhano-leonesa, cujos contornos o Autor persegue através do estudo das suas estratégias de implantação territorial, fixação ao solo, criação de clientelas e ligação às famílias reais, numa época de indefinição política e numa área em permanente agitação. Do mesmo modo, o segundo artigo intitulado *O Nascimento do Reino de Portugal. Uma Perspectiva Nobiliárquica (1096-1157/1300)*, de José Augusto Sotto-Mayor Pizarro, constitui uma “renovada” síntese sobre as origens de Portugal como entidade política independente, desde a concessão do Condado Portucalense a Henrique da Borgonha até ao final da centúria de Duzentos, reflectindo sobre o comportamento da nobreza dos séculos XII e XIII, de distanciamento em face do crescimento territorial do Reino, condenando assim o seu futuro e facilitando o programa de centralização do poder régio. Um desinteresse semelhante ao que terá demonstrado a alta nobreza pelas Ordens Militares, como demonstra e procura explicar Luis Filipe Oliveira no estudo *Em torno da sociologia das Ordens Militares na Idade Média*, em contraponto com o controle por parte da Coroa, ao entregar os mestrados a vassallos dos monarcas e a fidalgos da Corte, desde meados do século XIV, culminando na aristocratização das milícias no século XV e no confiar da administração dos mestrados a membros da família real.

Com base no tratamento prosopográfico de determinados grupos nobiliárquicos e enquadrando bem o contexto de crise, Ana Rita Rocha, no artigo *A corte de D. Sancho II (1223-1248)*, procede à análise da composição e da estrutura desta corte, nos diferentes patamares político-administrativos, desde os de maior responsabilidade política até à menção dos oficiais domésticos, mais ligados à corte e à própria privacidade do monarca, sem esquecer os membros do alto clero e das principais linhagens da nobreza.

Em contexto um tanto diverso, mas no enquadramento da afirmação do poder régio, posiciona-se o trabalho de Leontina Ventura e João da Cunha Matos, *As legitimações do reinado de D. Dinis*, onde, sustentados em duas centenas de cartas, averiguam como se terá originado, desenvolvido e afirmado a legitimação pelo monarca durante aquele reinado. Beneficiando desde membros da família real a todos os estratos da nobreza e, também, do clero (aliás, em grande parte proveniente dela), representam, em si mesmas, uma clara demonstração do poder régio, na linha de outras assertivas medidas centralizadoras que o monarca vinha tomando.

Sustentado no estudo de linhagens, o artigo *Os Senhores de Cabrera y Ribera* de Inés Calderón Medina e João Ferreira é não apenas um estudo sobre a evolução de uma linhagem de origem leonesa, ao longo dos sécs. XII-XIV, mas também sobre a sua implantação e importância sociopolítica nos reinos hispânicos de Portugal, Castela e Leão, bem como sobre a origem e ligação com outras grandes linhagens desses reinos.

Ainda e sobretudo no âmbito da relação da nobreza com o poder régio, um outro género, presente neste volume em três ensaios, é o biográfico, recorrendo a enquadramentos familiares, sociopolíticos, patrimoniais, culturais, de cada um dos indivíduos estudados. Mário Gouveia escolheu o conde Nuno Mendes, personagem importante no contexto político do NO peninsular ao longo do terceiro quartel do século XI, enquanto William Kurz analisa a trajetória castelhana do 1º conde de Barcelos em *Juan Alfonso de Albuquerque: noble del reinado de Sancho IV de Castilla y León*, um estudo de caso, onde intenta a reabilitação deste elemento da alta nobreza da corte castelhana. Na mesma linha, mas orientado para a análise das gentes doutas que rodeiam os monarcas, está o estudo de Luis Fernando Pallares de Vasconcelos, *João Gonçalves Chancinho: cónego da Sé de Coimbra e clericus regis*, um nobre vinculado desde a sua origem à corte, cuja carreira eclesiástica estará ligada à sua condição de filho segundo e de clérigo do rei, de homem culto e conhecedor do direito civil e eclesiástico, o que explica as funções que desempenha ao serviço do monarca.

Não fugirão àquela linha, apesar das suas vertentes mais centradas na mentalidade ou/e na cultura da nobreza, a tentativa de apreensão, por via dos testamentos dos primeiros reis de Portugal, do papel que atribuíam às rainhas suas esposas após a sua morte, estudo levado a cabo por Maria Alegria Fernandes Marques. Os problemas relativos à definição das composições de D. Afonso X integradas nos cancioneros nobiliárquicos galego-portugueses, com implicações quer na produção do próprio rei castelhana, quer sobretudo na de outros trovadores, são analisados por António Resende de Oliveira.

Os artigos que incidem sobre tempos modernos prosseguem ainda na mesma linha das relações entre a Nobreza e a Coroa, como se verifica no de Cristóvão Mata, ao estudar *A Casa de Aveiro: poder e património*, enquanto Mafalda Cunha Soares e Fátima Farrica em *Comunicação política em terras de jurisdição senhorial. Os casos de Faro e de Vila Viçosa (1641-1715)* se debruça essencialmente sobre a comunicação política entre as casas senhoriais e os seus domínios, intermediada pelas câmaras, permitindo perscrutar a eficácia das estruturas burocráticas senhoriais.

Constitui um contributo para a análise das fidalguias locais, sobretudo da nobreza cível constituída por letrados, cujas modestas fortunas conhecem uma tendência de crescimento, o estudo de Ana Isabel Ribeiro sobre a família Garrido, linhagem da fidalguia local de Coimbra, do século XVIII. Neste mesmo espaço decorrem os *Longos e penosos meses de noivado. Um processo de sponsais na Coimbra do século XVIII*, que opõe o senhor da Quinta das Lágrimas, Pedro Correia de Lacerda, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Secretário da Universidade, a Manuel Mendes de Sousa Trovão, também cavaleiro da Ordem de Cristo e ex-vereador da Câmara de Coimbra, caso estudado por Guilhermina Mota e com que se encerra o Núcleo Temático desta Revista.

No que aos estudos diz respeito, mas já fora do tema proposto, completam o volume dois trabalhos: um de Francisco da Cunha Matos sobre *A Concordata celebrada entre Portugal e a Santa Sé no reinado de D. Dinis* e um outro de Fernando Rebelo com um testemunho *Para a Memória da FLUC* em tempos da Revolução de Abril.

Na minha qualidade de Coordenadora, para além de um sentido agradecimento a todos os Autores que, respondendo ao nosso apelo, tornaram possível esta Revista com os seus valiosos trabalhos, expresso publicamente a minha gratidão a todos quantos aceitaram, em regime de anonimato, emitir pareceres sobre os artigos que lhes foram submetidos, quantas vezes contribuindo, com as suas sugestões, para uma substancial valorização dos mesmos.

A coordenadora científica do volume
Leontina Ventura